



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

06/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Marinho recua de ideia de fim do saque-aniversário do FGTS

Um dia após lançar a possibilidade de extinguir o saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou atrás. No Twitter, ele escreveu que a modalidade de saque será “objeto de amplo debate” entre o Conselho Curador do FGTS e as centrais sindicais.

“A nossa preocupação é com a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras em caso de demissão e de preservação com a sua poupança”, completou.

A primeira declaração sobre eventual fim do saque-aniversário havia sido dada na quarta-feira pelo ministro ao jornal O Globo. Em seguida a própria assessoria de imprensa do ministério confirmou a informação de que a pasta pretendia encerrar a modalidade.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 06 de janeiro.

Governo criará programa para atender endividados

O governo federal vai criar um programa para atender as pessoas endividadas, entre elas as que contraíram empréstimo consignado oferecido pelo Auxílio Brasil em 2022, modalidade implantada para permitir a inclusão de pessoas inadimplentes de volta à economia.

O anúncio foi feito pelo ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. A iniciativa, batizada de Desenrola Brasil, ainda está em fase de elaboração.

De acordo com o ministério, a estimativa é de que sejam atendidas 80 milhões de pessoas inadimplentes, sendo cerca de 3,5 milhões de pessoas endividadas com o consignado e que recebem o Auxílio Brasil. As dívidas somam R\$ 9,5 bilhões.

“É grave o problema dos endividados do Auxílio Brasil ou do Bolsa Família, o chamado consignado. Primeiro, já do ponto de vista da própria legalidade. O programa foi usado, no período de eleição, com objetivos claramente eleitorais. O presidente Lula já demonstrou sensibilidade com o tema desde a campanha”, disse Wellington Dias.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 06 de janeiro.

Reajuste do salário mínimo deve custar mais que o dobro do previsto, e governo avalia alternativas

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu um alerta de que a elevação do salário mínimo dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320, como prometido logo após as eleições, pode ter um custo de R\$ 7,7 bilhões acima do previsto no Orçamento de 2023 —mais que o dobro do valor calculado inicialmente.

O ofício foi enviado à transição em dezembro pela equipe do então ministro Paulo Guedes (Economia), com base em cálculos feitos pelo corpo técnico da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) —estrutura permanente do Poder Executivo e composta por servidores de carreira.

O aviso significa, na prática, que o novo governo pode precisar fazer um bloqueio nas demais despesas para conseguir remanejar recursos e bancar o aumento adicional do piso, uma das principais bandeiras de campanha do petista.

O bloqueio seria necessário porque a regra do teto de gastos, embora tenha mudanças já previstas, ainda está em vigor e precisa ser respeitada pelo governo na execução orçamentária.

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, a equipe econômica avalia alternativas para minimizar esse impacto, como a possibilidade de implementar o aumento do salário mínimo ao longo do ano —durante as discussões de campanha, chegou-se a cogitar a elevação em 1º de maio, Dia do Trabalho. Cada mês adicional sem o novo reajuste significa menor alta nas despesas.

O governo também deve levar em conta se alguma outra despesa terá redução na projeção para o ano e o número de atendidos pela Previdência. As despesas com benefícios do INSS são impactadas pelo valor do salário mínimo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 06 de janeiro.

Inflação dos alimentos é de 57% no governo Bolsonaro

Um período a ser esquecido. Os consumidores brasileiros há quase três décadas não eram tão castigados por uma inflação dos alimentos como nos anos recentes.

No período do governo de Jair Bolsonaro, os alimentos subiram, em média, 57%, um percentual bem acima dos 30% da inflação geral do período. Em alguns casos, os reajustes acumulados dos alimentos do início de 2019 ao final de 2020 beiraram os 200%.

Os dados acumulados no período são da Folha, com base nas informações de 2022 divulgadas pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) nesta quinta-feira (5).

Pior, foi um período de aumento na taxa de desemprego, perda na renda dos consumidores e ausência de reajustes no salário mínimo.

Os alimentos, inclusive os básicos, ficaram distantes do poder aquisitivo de boa parte da população. Isso elevou para 33 milhões o número de pessoas que tiveram dificuldades para se alimentar.

As principais altas de preços atingiram principalmente os produtos alimentícios que deveriam ser mais acessíveis no dia a dia da população. Cebola, batata, feijão, fubá e óleo de soja estiveram entre as principais altas do período.

Do café da manhã às demais refeições diárias, o custo dos alimentos sempre esteve ascendente, inibindo a quantidade de produtos na mesa.

Os consumidores de baixa renda, além de sofrerem a queda no poder aquisitivo, tiveram os maiores reajustes.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 06 de janeiro.

Aperto de juros sobre economia deve alcançar maior patamar em 20 anos

A taxa básica de juros deve alcançar em meados de 2023 o patamar mais contracionista em 20 anos, desde o início do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), segundo estimativa da área de pesquisa macroeconômica do banco Santander.

Quanto mais contracionista for o nível da taxa de juros, maior seu efeito de esfriar a atividade econômica ao encarecer o crédito, desestimular o consumo. Em oposição, um nível expansionista significa um impulso à demanda.

O cálculo do Santander considera a diferença entre as taxas de juros real e neutra. A primeira é medida pelas expectativas para a taxa básica (Selic) e para a inflação 18 meses à frente, período que abrange o efeito máximo da política monetária —ou seja, o impacto na economia dos juros definidos Banco Central.

De acordo com as projeções da equipe do Santander, a taxa acima da neutra, que indica o efeito da política monetária sobre a economia, estava em 4,8% ao ano em dezembro de 2022 e deve chegar a 5,7% em junho e julho deste ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 06 de janeiro.

IPC-Fipe sobe 0,54% em dezembro e fecha 2022 com alta de 7,32%, pressionado por alimentos

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de São Paulo acelerou a alta em dezembro 0,54% e encerrou 2022 com avanço acumulado de 7,32% informou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) nesta quinta-feira (5).

A inflação acumulada no ano passado ficou abaixo da taxa de 9,73% vista em 2021. Em novembro o índice havia subido 0,47%.

No ano passado, o destaque ficou para a disparada de 14,74% dos custos de Alimentação. Já os preços de Vestuário e Despesas Pessoais saltaram respectivamente 11,49% e 10,82%.

O maior impacto no último mês do ano foi exercido por Alimentação, com alta de 1,07% dos preços sobre novembro. Também pesaram com força as Despesas Pessoais, cujos custos subiram 0,75%.

O IPC-Fipe mede as variações quadrissemanais dos preços às famílias paulistanas com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 06 de janeiro.